



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 25 de Outubro de 2019

Guedes estuda unificar piso de educação e saúde para União, Estados e municípios

Medida permitiria que cada ente pudesse escolher em qual área gastar mais, conforme sua conveniência

Por Fabio Graner — De Brasília

Uma das hipóteses mais fortes dentre as discussões em torno das propostas de emenda à Constituição sobre o “novo pacto federativo” é a unificação dos valores mínimos a serem gastos em saúde e educação por União, Estados e municípios. Isto permitiria que cada um desses entes pudesse escolher em qual área poderia gastar mais, conforme sua conveniência, segundo informaram fontes do governo ao Valor.

Hoje, pela Constituição, cada uma dessas áreas tem um mínimo separado para gastos. Os Estados precisam destinar 12% para saúde e 25% para educação, e os municípios devem reservar 15% e 25%, respectivamente. No caso da União, o piso para cada um deles foi definido na emenda constitucional do teto de gastos, em 2016, em valores nominais e desde então os números são corrigidos pela inflação.

A unificação deles seria uma alternativa para dar mais flexibilidade ao Orçamento de forma politicamente mais palatável. A intenção original do ministro da

Economia, Paulo Guedes, que continua na mesa da equipe econômica, era eliminar os patamares mínimos que Estados e municípios devem aplicar nessas áreas, conforme noticiou ontem a “Folha de S.Paulo”.

Na noite de quarta-feira, os líderes do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), e no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), se reuniram com Guedes para tratar do roteiro de tramitação das PECs que o governo prometeu encaminhar ao Legislativo na próxima semana. As propostas são para alterar a “regra de ouro” das contas públicas (estabelecendo mecanismos de cortes de despesas), desvincular gastos no Orçamento com uma revisão dos fundos públicos e ainda estabelecer medidas de ajustes fiscais para os entes da federação.

Também está sendo preparada uma reforma administrativa, para reduzir nos próximos anos os gastos com servidores públicos. A intenção do governo é enviar esse conjunto de medidas na próxima semana, ainda que deva-se ressaltar que a promessa de apresentação das medidas já foi frustrada diversas vezes neste ano.

No âmbito das discussões do novo pacto federativo, outra proposta que vem sendo

considerada é a possibilidade de paralisação dos entes em caso de grave crise fiscal. A possibilidade de acionar o “estado de emergência fiscal”, se o governo de fato levar adiante a ideia, também valeria para União, Estados e municípios, mas haveria regras para ativar esse dispositivo.

Nesse contexto, o governo planeja criar um conselho de gestão fiscal, que teria prerrogativa de fazer recomendações para os ajustes necessários para corrigir seus problemas fiscais. A criação do conselho também ainda não era certeza.

Embora a medida na prática não signifique uma desvinculação ou desindexação, a unificação dos limites de gastos de saúde e educação em tese daria mais flexibilidade aos gestores públicos para alocar mais recursos em uma área em detrimento da outra.

A avaliação é que, com o aumento da população idosa e a redução da taxa de natalidade, a tendência é que haja maior demanda por despesas de saúde do que de educação e o mecanismo permitiria aos governos trabalharem esse quadro conforme sua realidade. Apesar de a ideia ser também contemplar a União, a medida, segundo uma fonte, deve ter mais efeito para governos regionais.

Um currículo para o Brasil

CLAUDIA COSTIN

Em vários ramos de atividade, costuma-se fazer “benchmarking”, ou a busca de quem teve, a partir de indicadores, um desempenho superior, para, em seguida, identificar as práticas que levaram a esse resultado positivo e, eventualmente, copiá-las.

Uma das maneiras de fazer benchmarking em educação na presente crise de aprendizagem que vivemos é olhar para o ranking do Pisa, uma avaliação organizada pela OCDE com base nas competências que jovens precisam ter para uma vida adulta plena, e verificar o que os mais bem-sucedidos fazem e que nós não estamos fazendo. O importante não é cada medida isolada, mas a inter-relação entre diferentes iniciativas que países com resultados melhores adotam.

Entre os 30 melhores, há algumas coisas que chamam a atenção: maior atratividade da carreira docente, formação profissional mais vinculada

com a prática, maior rigor na seleção de diretores e professores e um currículo nacional claro com bom alinhamento dos materiais curriculares ao que se ensina.

Por que é tão importante contar com um currículo bem estruturado? Porque, caso contrário, mesmo na presença de bons mestres, não há como assegurar a rara combinação de excelência com equidade, a base de sistemas educacionais de qualidade para todos.

É nesse sentido que cabe celebrar o fato de que, na semana passada, tenhamos conseguido concluir a tradução da Base Nacional Comum Curricular em currículos estaduais e do Distrito Federal, numa iniciativa liderada pelo Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed) em parceria com a União de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para as etapas de educação infantil e ensino fundamental. E mais, todos os currículos foram aprovados pelos

respectivos Conselhos Estaduais de Educação.

Num processo que ainda vai levar tempo —já que para termos uma política de Estado de educação coerente, na acepção que o Michael Fullan, grande especialista em transformações educacionais empresta ao termo, ainda teremos que alinhar formação de professores, produção de materiais curriculares, avaliação e gestão escolar—, começamos a enfrentar a crise de aprendizagem que o país vive.

Agora é fazer o mesmo com o ensino médio e iniciar o processo de implementação em cada sala de aula. Não será fácil, e certamente ajustes serão necessários nos currículos concebidos e até na base, mas a experiência construída pela mobilização de tantos secretários de governos de diferentes partidos para chegarmos até aqui vai tornar os aperfeiçoamentos ulteriores bem mais fáceis.

USP: Defensoria pede combate a fraude em cotas

Isabela Palhares

As Defensorias Públicas do Estado de São Paulo e da União recomendaram à Universidade de São Paulo (USP) a criação de mecanismos de combate às fraudes na política de cotas étnico-raciais da instituição. A recomendação, último recurso antes da judicialização, foi feita após os órgãos receberem documento, elaborado por estudantes, com 250 casos suspeitos de fraude nos últimos dois anos.

A USP, uma das últimas universidades públicas a adotarem o sistema de cotas étnico-raciais, não tem canal próprio de denúncia ou ações de prevenção de fraudes na autodeclaração de pretos e pardos, como já ocorre na maioria das instituições de ensino. Hoje, para que uma denúncia de fraude seja apurada pela USP, é necessário o registro de um boletim de ocorrência na Polícia Civil.

“O dossiê dos alunos, com a relação nominal e fotográfica dos suspeitos de fraudes, tem indícios muito fortes de que pessoas, que não são socialmente vistas como negras ou pardas, estão se beneficiando das cotas de maneira fraudulenta”, disse Isadora Brandão da Silva, coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria Pública de São Paulo. Em cursos como Medicina e Direito, metade das vagas para cotas foi ocupada por candidatos suspeitos de fraudar a política.

O entendimento das defensorias é de que a USP comete duas falhas: ausência de mecanismos de prevenção e de instâncias específicas de apuração das fraudes. Segundo Isadora, ao só investigar os casos quando há registro na polícia, a USP se exime de responsabilidade.

Em nota, a USP informou que as recomendações das defensorias estão sendo analisadas por uma comissão. Disse “desconhecer a existência de 250 casos que teriam sido registrados nos últimos dois anos” e que até agora recebeu 21 denúncias de fraudes, ainda em apuração.

Imperdível/O ministro da Educação, Abraham Weintraub, será o entrevistado de hoje do CB.Poder, às 13h20, na TV Brasília.

Fusões e aquisições consolidam setor de educação

São Paulo – Os números falam por si. No primeiro semestre deste ano, pelos cálculos da consultoria KPMG, o mercado de educação no Brasil assistiu a 15 grandes transações de fusões e aquisições. No mesmo período do ano passado, foram 13. O crescimento registrado da primeira metade do ano era um prenúncio de que a indústria de ensino privado estava retomando o embalo. E foi o que ocorreu.

Nesta semana, duas grandes movimentações agitaram o mercado: a aquisição da americana Adtalem pela brasileira Yduqs (ex-Estácio), por R\$ 1,9 bilhão — o maior negócio já registrado pela companhia brasileira —, e a compra de seis escolas, em três dias, pela Positivo Educacional, com sede em Curitiba. Somados, os contratos assinados nos últimos dias superaram R\$ 2,1 bilhões em investimentos, comprovando que as consolidações no setor de educação estão recuperando o fôlego. “Temos um planejamento de R\$ 200 milhões para investir na aquisição de escolas de alto padrão nos próximos 12 meses”, afirmou o presidente da Positivo Educacional, Lucas Guimarães.

A divulgação de dois grandes negócios na mesma semana não representa uma guinada, mas se apresenta como o início de uma retomada, segundo especialistas. No acumulado do ano passado,

segundo a KPMG, houve 29 fusões e aquisições no segmento, resultado praticamente estável em comparação às 30 registradas um ano antes, quando a retomada teve início. Em 2016, foram apenas 19, uma queda de quase 30%, na comparação com 2016. Para 2019, as projeções de especialistas apontam para um resultado de 34 grandes negócios, alimentado por ativos baratos em dólar e busca por sinergias.

Para a corretora Guide Investimentos, a compra da Adtalem está em linha com o plano de expansão da companhia, e ainda marca a sua entrada no segmento de cursos preparatórios. “Vale notar que há sinergias entre os cursos preparatórios da Adtalem com as graduações de medicina e direito da Estácio, que demandam esse tipo de preparação no último ano”, informou a corretora.

O BTG Pactual também avaliou como positiva a transação. “Os ativos devem ajudar na diversificação da companhia com maior exposição no Nordeste e no segmento de educação continuada”, comentou o analista Samuel Alves. A Adtalem é o décimo maior grupo de educação superior no Brasil, tendo aproximadamente 102 mil estudantes cadastrados, 20 câmpus e mais de 180 centros de aprendizado a distância.

Com essa aquisição, a Yduqs

recupera a segunda colocação no ranking de maiores instituições privadas no segmento de graduação do país, à frente da Universidade Paulista (Unip). Fica atrás somente da Kroton (atual Cogna), que segue na liderança, de acordo com dados da consultoria Hoper Educação.

Para se ter ideia do tamanho do negócio, as empresas somam 678 mil alunos e geram receita de R\$ 4,48 bilhões por ano. A operação não precisará ser aprovada por assembleia de acionistas, mas ainda depende da anuência do Conselho Administrativo da Defesa da Concorrência (Cade), segundo a Yduqs. O pagamento será feito à vista, na data de fechamento da transação, com recursos próprios e financiamento.

Fortalecimento

Apesar de ter sido a maior transação da história da Yduqs, a empresa vem apresentando crescimento considerável nos últimos anos. O objetivo, além de fortalecer a presença no Norte e Nordeste, é crescer também no interior de São Paulo. No mês passado, o grupo havia adquirido a UniToledo, de Araçatuba, por R\$ 102,5 milhões.

“Em meados do ano, entendemos que, para crescer, precisamos trazer gente com experiência de qualidade





no setor, de referência. Não há outra marca tão conceituada em administração quanto o Ibmecc. E fomos procurar a Adtalem. A negociação foi adiante e vai originar uma unidade de negócios premium sob o chapéu da Yduqs”, disse o presidente da companhia, Eduardo Parente, ao jornal O Globo.

Com metas ousadas, a empresa quer avançar na oferta de cursos de ensino a distância e também ampliar os cursos de medicina que têm maior tíquete médio. Esse mercado se tornou muito lucrativo, uma vez que as faculdades privadas cresceram muito nos últimos anos, quando obtiveram recursos do governo.

Para Paulo Presse, especialista da Hoper, a operação vai além do crescimento em alunos, segmentos e regiões do país. “Ao adquirir marcas de referência, a Yduqs atua na manutenção de sua própria marca, ganhando atrativos para o negócio como um todo. Está comprando duas grandes pontas de crescimento, no ensino a distância, que é o segmento de maior crescimento em matrículas, e no premium, o de maior tíquete

médio.”

No mercado de educação brasileiro, a líder é a Kroton, que, no início de outubro, se tornou uma holding, chamada Cogna Educação. O valor da empresa está em R\$ 18,2 bilhões. O modelo de crescimento adotado nos últimos anos foi a compra de faculdades. No entanto, ao tentar adquirir a Estácio, em 2017, esbarrou no veto do Cade.

A mudança para Cogna está em sintonia com a nova estratégia do grupo, que passa a operar com quatro empresas distintas. A Kroton tem como principal mercado as faculdades, como é o caso da Anhanguera. A Saber entrou para disputar licitações no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação, e atuar nos serviços de educação para o ensino básico. Por sua vez, a futura Vasta focará na prestação de serviços de gestão para escolas e produção de material didático para alunos, e a Platos, na prestação de serviços de gestão para o ensino superior.

"Temos um planejamento de R\$ 200 milhões para investir na aquisição de escolas de alto padrão nos próximos 12 meses"

Lucas Guimarães,
presidente da Positivo
Educacional

Retomada do embalo

R\$ 200 milhões
é o valor que será investido na aquisição de escolas de alto padrão nos próximos 12 meses

R\$ 108,6 bilhões
foi o resultado de 55 operações envolvendo empresas brasileiras no primeiro semestre deste ano

678 mil
é o número somado de alunos das empresas envolvidas no negócio





Reprodução da imprensa



Contratos assinados nos últimos dias no segmento superaram R\$ 2,1 bilhões em investimentos

RETOMADA
DO EMBALO

R\$ 200
MILHÕES

é o valor que será investido na aquisição de escolas de alto padrão nos próximos 12 meses

R\$ 108,6
BILHÕES

foi o resultado de 55 operações envolvendo empresas brasileiras no primeiro semestre deste ano

Twitter: @Globo/2020/24 de maio - 10/2/20



Itmec é citada por executivo da Yduqs como referência em ensino de administração

Alub

MP exige documentos de alunos

Em reunião com representantes do colégio Alub e pais de alunos, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) exigiu o repasse dos históricos escolares em até 45 dias e a entrega imediata das declarações de transferência. O encontro ocorreu ontem na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude e abordou possíveis soluções para os problemas gerados pela crise da Rede Alub, que fechou as portas na última semana e segue com futuro indefinido. De acordo com Benjamim Barros, advogado do grupo, o colégio fará de tudo para cumprir o prazo. Também participaram da reunião representantes do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinproep), da Secretaria de Educação, do DF Legal, do Procon e da Comissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).